

Ensinaamentos decoloniais do Museu Worikg e suas curadoras Kaingang

Enseñanzas decoloniales del Museo Worikg e sus curadoras Kaingang

Juliana Maria de Siqueira¹
Aline Antunes Zanatta²
Sônia Aparecida Fardin³

DOI 10.26512/museologia.v10i19.34580

Resumo

Neste texto, três trabalhadoras e pesquisadoras da Museologia, em distintas inserções sociais – na universidade, no movimento social e no serviço público – reexaminam suas vivências com o Museu Worikg, encarnado pelo grupo Kaingang da Terra Indígena Vanuïre, São Paulo, por meio de relatos em primeira pessoa. O objetivo é dar a conhecer as aprendizagens decoloniais que proporcionam as curadoras, Kujã Dirce Jorge Lipu, suas filhas e assistentes Lucilene e Susilene Elias de Melo, bem como seus netos, na perspectiva da construção de relações interculturais capazes de subverter a colonialidade e instaurar um diálogo autêntico e trocas justas no campo da Museologia.

Palavras-chave

Colonialidade/decolonialidade. Corporeidade. Interculturalidade. Museologia. Museu Worikg.

Resumo

En este texto, tres trabajadoras y investigadoras de la Museología, en diferentes inserciones sociales – en la universidad, en el movimiento social y en el servicio público – reexaminan sus experiencias con el Museo Worikg, encarnado por el grupo Kaingang de la Tierra Indígena Vanuïre, São Paulo, a través de relatos en primera persona. El objetivo es dar a conocer los aprendizajes decoloniales aportados por las curadoras, Kujã Dirce Jorge Lipu, sus hijas y asistentes Lucilene y Susilene Elias de Melo, así como sus nietos, en la perspectiva de construir relaciones interculturales capaces de subvertir la colonialidad y establecer un diálogo autêntico e intercambios justos en el campo de la Museología.

Palabras-clave

Colonialidad/decolonialidad. Corporeidad. Interculturalidad. Museología. Museo Worikg.

1 Especialista Cultural na Coordenadoria de Ação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, desenvolvendo o programa cultural/educativo Laboratório do Bem-Viver. Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Especialista em Múltiplos Meios pela Universidade Estadual de Campinas. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação Museal – Conceitos, História e Políticas, do Museu Histórico Nacional. Articuladora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Região Metropolitana de Campinas. Integrante da Rede SP de Memória e Museologia Social. ORCID 0000-0001-8824-9668

2 Doutoranda em Educação na Faculdade de Educação pela UNICAMP. Mestre em História Cultural pela UNICAMP (2005). Possui graduação em História pela UNICAMP. Desde 2006, é educadora museal no Museu Republicano Convenção de Itu da Universidade de São Paulo. É integrante da Rede São Paulo de Memória e Museologia Social e da Rede Iberoamericana para a Investigação e a Difusão do Patrimônio Histórico Educativo/ RIDPHE. ORCID 0000-0001-5007-2908

3 Historiadora, pesquisadora e curadora de acervos visuais. Militante da comunicação popular e da museologia social. Mestre em História (IFCH-UNICAMP – 2001) e doutora em Artes Visuais (IA-UNICAMP – 2016). Foi diretora do Departamento de Memória, Patrimônio e Turismo da Prefeitura Municipal de Campinas (2002-2004) e curadora do acervo fotográfico do Museu da Imagem e do Som de Campinas (2013 – 2017). É pesquisadora do Acervo João Zinclar, militante da Casa de Cultura Tainã, da Rede de Memória e Museologia Social de São Paulo, do Coletivo Socializando Saberes e do Centro Cultural Esperança Vermelha. ORCID 0000-0002-4614-9885

I. Descolonização: um exercício interior

A questão da descolonização dos museus e da Museologia está posta há mais de meio século, especialmente a partir dos movimentos de independência dos países africanos, da denúncia do papel desempenhado pelas instituições culturais nas relações coloniais e das reivindicações pela repatriação de objetos musealizados em nações europeias por meio dos violentos processos coloniais. Mais recentemente, desde a América Latina, ou melhor, de uma Abya Yala Quilombola, emergem outras pautas afirmativas, compondo um movimento decolonial na Museologia.

Enquanto a descolonização diz respeito à transformação da matriz cultural hegemônica e das instituições que a reproduzem, o decolonial se origina na sua exterioridade, reivindicando a legitimidade dos modos Outros de existir, relacionar-se, produzir e preservar os saberes e as culturas. Consideramos que a construção de “um mundo onde caibam todos os mundos”, feito de relações interculturais justas e não violentas, implica a complementaridade de ambos os movimentos.

Nesse sentido, se reconhecemos que a matriz cultural hegemônica – moderno/colonial capitalista – ainda reproduz relações de colonialidade nas diversas dimensões – do poder, do saber e do ser – e que nossas instituições e mesmo os movimentos sociais precisam transformar boa parte de suas estruturas, linguagens e valores, para alcançarmos o equilíbrio político, a justiça cognitiva e a igualdade entre os povos, temos muito trabalho a fazer.

Enquanto abrimos espaços para a escuta, o respeito e o protagonismo dos sujeitos e movimentos ancorados nas matrizes historicamente subalternizadas, fundadas nas ‘Epistemologias do Sul’, devemos ativamente buscar, primeiramente em nós, em nossas relações cotidianas e nos dispositivos educativos/comunicativos pelos quais somos responsáveis, os limites de nosso pensamento e de nossas práticas. Tais limites são os fundamentos do nosso equívoco, da violência, da colonialidade.

Esses limites, porém, de tão enraizados, constituem nossos pontos cegos: estão naturalizados e ‘invisíveis’ a nós mesmos. Para percebê-los, é necessário que nos desloquemos de nossas zonas de conforto e privilégio: a centralidade relativa dada pelo horizonte ético e cultural limitado – falsamente alçado a uma centralidade universal. É necessário que estejamos dispostos a nos descentrar, a nos desentranhar da totalidade em que tomamos parte, a nos aproximar das zonas de fronteira, onde as forças centrípetas de nossa matriz (sobretudo suas promessas de ganho) se fazem menos presentes. Essas zonas de contato são zonas de conflito, sujeitas ao risco da violência e da desumanização. Cautelosamente, nesse caminho, precisamos suspender as ‘certezas’ que essa matriz hegemônica nos provê. Assim, esvaziados de nossa arrogância epistêmica, podemos nos abrir a conhecer, verdadeiramente, os Outros – ver sua face, ouvir sua voz, ser tocados pela sua aparição, co-movidos pelas feridas historicamente impingidas a eles e apreciar sua grandeza e liberdade.

É no autêntico encontro com a alteridade que poderemos nos reconhecer e, daí, nos potencializarmos como agentes de transformação-curadoria-cura de nossa matriz cultural, trazendo ao nosso trabalho, aos movimentos em que militamos, à universidade e às políticas públicas, os ensinamentos incorporados na jornada.

Essa é a contribuição que o presente texto almeja aportar ao campo da Museologia. A partir do relato narrativo de três trabalhadoras da cultura e

pesquisadoras dos museus, inseridas na universidade, no movimento social e no serviço público, procura-se compartilhar as aprendizagens colhidas nos encontros com o grupo Kaingang responsável pelo Museu Worikg, na Terra Indígena Vanuïre, em Arco-Íris, SP, liderado pelas suas curadoras, a Kujã Dirce Jorge Lipu e suas filhas Lucilene e Susilene Elias de Melo.

Tais encontros foram impulsionados pelo desejo de realizar uma ação social – a pluralização e o fortalecimento da Rede SP de Memória e Museologia Social. Os significados atribuídos a esse rede, porém, ampliaram-se a partir das trocas interculturais construídas ao longo dos últimos dois anos. Estabelecemos uma convivência e colaboração solidária que fortalece mutuamente suas participantes, em seus respectivos objetivos, que permanecem distintos.

Sobre as aprendizagens incorporadas nesse movimento, retomaremos ao final do texto. Por ora, antes de apresentar os relatos, queremos explicitar as razões de nossa escolha pelo método narrativo como forma privilegiada de partilha do conhecimento.

Ao narrar, trazemos ao presente, pela escrita, as experiências e as relações sociais estabelecidas e os embates travados com nosso passado, o presente e o futuro que almejamos. Como sujeitos históricos, afirmamos a necessidade de uma ciência não neutra, mas atuante na construção de uma outra forma possível de interculturalidade e de humanização social. Neste sentido, narrar significa termos as nossas próprias palavras caminhando por meio da práxis rumo à libertação humana. Para Freire, a práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido.

Ao contrário da apresentação de dados e informações, a narrativa reconstitui afetivamente os acontecimentos vividos, estabelecendo uma relação viva entre quem conta e quem lê. Ao estarmos implicadas nos relatos, convidamos os interlocutores a um movimento análogo, que lhes permite colher de cada história os ensinamentos que lhes cabem no presente. Assim, o conhecimento pode emergir, para cada um, conforme as relações se estabelecem com sua própria práxis – pensamento e ação conectados.

2. Em direção ao fogo sagrado

Diz a lenda que um sábio ocidental foi visitar um mestre oriental e quis saber o que ainda teria a aprender. O oriental, então, pegou uma xícara de chá e começou a encher, encher, encher, e disse: 'Você já chegou com a xícara cheia. Que mais posso oferecer?' É isso: precisamos esvaziar a xícara. (VIANNA, 2005: 72)

A circulação dessa lenda oriental expressa a necessidade constante dos sujeitos e a sua disposição mental e corporal em conhecerem a outros. Estamos, quase sempre, com a xícara cheia. Contudo, não se trata de negar o sujeito histórico que sempre trará consigo as marcas mentais e corporais do tempo e do espaço, mas, sobretudo, reconhecer a nossa deficiência em receber. A colonialidade ensinou a imposição, mas não a troca.

Ao longo dos séculos aprendemos a ser colonizadores e a estabelecer hierarquias de classe, gênero e raça, com o saber e o conhecimento permeando essas instâncias, construindo e destruindo mundos.

Narrar a minha experiência no Museu Worikg Sol Nascente da Terra Indígena Vanuïre, localizado em Arco-Íris/SP, significa pensar em aspectos que envolvem a preparação de uma visita ao museu, sobretudo, aos museus indígenas.

Pois pouco dizemos sobre a experiência corporal nas experiências museológicas, restringindo nossas percepções e análises ao saber e conhecimento mental. Mas, sobremaneira, quando os visitamos, estamos inteiros: corpo, musculatura, sentimentos e sentidos.

Segundo Vianna:

É difícil vivenciar com intensidade nossas emoções e sentimentos mais profundos. Por vezes, esse enfrentamento assume a conotação de um risco, que nem todos estamos dispostos a correr. Acostumados a introjetar a ordem à nossa volta, habituamo-nos a não olhar, não ouvir, não sentir intensamente e desprezar a importância dos fatos e acontecimentos menores, quase imperceptíveis – embora fundamentais. Quando trabalhamos o corpo é que percebemos melhor esses pequenos espaços internos, que passam a se manifestar por meio da dilatação. Só então esses espaços respiram. (VIANNA, 2005: 70)

Essa experiência corporal, ou seja, a visita ao Museu Worig, foi iniciada quando conheci as curadoras e lideranças da cultura Kaingang paulista, Kujã Dirce Jorge Lipu Pereira e sua filha e assistente Susilene Elias de Melo, em 27 de outubro de 2018, na Casa de Cultura Tainã, localizada na região noroeste de Campinas, no encontro da Rede SP de Memória e Museologia Social, e continua todas as vezes em que nos encontramos e trocamos abraços cruzados.

A partir daquele dia, em que estiveram presentes vários colegas militantes da Museologia, tendo alguns, inclusive, laços previamente construídos com a cultura Kaingang, pudemos escutar a grande Kujã falar sobre a relação cura e curadoria na preservação da cultura e da vida.

Naquele encontro, marcamos uma visita de todos à Terra Indígena Vanuíre durante a lua cheia de abril de 2019. Alguns membros da Rede realizaram uma visita ao Museu Worig entre 1 e 3 de fevereiro de 2019.

Parti de Itu para encontrar-me, em Campinas, com os demais companheiros dessa trajetória de mais de 500 quilômetros de estrada até a chegada à Aldeia Vanuíre. Aprendemos no caminho, nos conhecemos mais, enquanto os quilômetros diminuía. Pensei que o cansaço chegaria rápido, mas senti uma enorme alegria por estar ali e pelo privilégio dessa visita ao lado de companheiras e companheiros para compartilhar ideias, risos e alimentos. Impulsionados pelo combustível das histórias uns dos outros, ficamos quase sem gasolina antes de chegarmos à cidade de Marília. A parada festejada no posto de combustíveis foi proposital para que as memórias de uma das companheiras viessem a lume. Lembrou-se do seu passado. De como conhecia aquele território, há anos não percorrido.

Chegamos a Tupã e visitamos, primeiramente, o Museu Índia Vanuíre. Pudemos conhecer a narrativa institucionalizada da cidade sobre a trajetória da população indígena que compõe o território. Fomos recebidos por uma equipe simpática e atenta. Nessa visita, a Guerreira Susilene procurou-nos no museu, juntamente com Marília Xavier Cury, professora e pesquisadora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, uma pessoa generosa que foi, também, nos ensinando como sermos cuidadosas e escutadoras da cultura Kaingang. Marília, na sua grandeza, nos apontou que visitava os museus indígenas frequentemente e em todas as suas visitas aprendeu algo diferente. Com os ouvidos dispostos, o nosso grupo de visitantes compreendeu que o segredo era a escuta, pois os ensinamentos da cultura popular, vivenciados por muitos de nós, já direcionavam nossos comportamentos rumo à troca e à solidariedade.

Chegando, seguimos Marília e Susilene, quando a noite se aproximou e encontramos a terra vermelha da Aldeia Vanuíre a levantar uma nuvem nos conduzindo à casa da Kujã.

Iluminados pelo fogo sagrado dos encantados, encontramos, ao visitar o Museu Worikg, um grupo familiar que luta dentro de seu próprio território, oficialmente demarcado, pela possibilidade plena de existência e preservação de sua cultura.

Ali, a grande guerreira Kujã Dirce Jorge nos recebeu acompanhada por sua família, composta por seu marido Márcio, sua filha Susilene e seus netos, Kauê, Pedro e Itauany Larissa. Acolhidos e alimentados pela cozinha sagrada dos temperos da Kujã, passados para sua filha e neta, participamos da noite cultural realizada às sextas-feiras no Museu Worikg. Jantamos a comida típica e escutamos as histórias ao redor da fogueira sob o céu estrelado.

Pudemos observar a autonomia e força das crianças, que estudam durante a semana na cidade e aos finais de semana recebem a sabedoria da cultura pela Kujã. O orgulho de ser um Guerreiro Kaingang ganha espaço nessas crianças que serão os responsáveis por levar a sua cultura na caminhada da vida.

A casa é a fortaleza que guarda o descanso do trabalho duro da enxada enfrentado pelos familiares para que seu pedaço de terra seja fértil e cuidado. A cozinha é o lugar da Kujã e de suas assistentes, dos saberes da Kujã, e a nós, visitantes, cabe esperar e observar o que nos cabe no processo. Todos, ao final, têm o seu papel, respeitando-se a organização ali estabelecida. Nesse processo aprendemos como podemos ajudar, antes mesmo de colaborar.

Percorremos a trilha sagrada das ervas, árvores, água e frutos, pisando onde podíamos pisar, apontado, previamente, pela guerreira Susilene Kaingang. Aquele é um solo sagrado, e ao visitante cabe aguardar qual lugar deve pisar.

À noite de sábado, com vestes tecidas com taboa, a grande Kujã Dirce e seus familiares permitiram aos visitantes vivenciar o ritual sagrado. Ali estava o fogo aceso dos antepassados, o coração e a memória dos Kaingangs.

O alimento, a espiritualidade, o céu, o fogo, a terra vermelha, as sombras das árvores, as histórias contadas, a trilha, os objetos antigos da mãe da guerreira Dirce, também Kujã, que vive na luta pela preservação da cultura indígena. Todos estes elementos compõem o Museu Worikg.

É a oportunidade de enchermos com a água do pote de barro, guardado na casa de sapé, a nossa xícara. Ver o que levamos e o que trazemos misturar-se e continuar em nós e em nossas escolhas.

Era a primeira vez, para além dos livros de história, que eu visitava essa região paulista. Lembro-me de ter conhecido esses lugares pelos olhos dos historiadores preocupados com a expansão cafeeira e a ocupação do território paulista no processo de exploração da terra. Nos livros que consultei, sobre o final do século XIX, tratava-se de um território ainda a ser explorado pela monocultura e escravidão.

A população na América, formada por tantas américas, cujo intercuro cultural foi frágil e marcado pela violência de corpos sobre outros corpos, propiciou também diversas formas de resistências.

As sociedades americanas foram conceituadas pelos colonizadores a partir da perspectiva de civilização e/ou barbárie, marcando uma circulação de ideias e discursos como agentes de dominação, assim como a força bruta e a violência foram utilizadas para subjugar outros povos e vidas.

A obra *Facundo: civilização e barbárie*, de Domingo Faustino Sarmiento, escrita em 1845, por exemplo, trata de forma dicotômica o território da Repú-

blica Argentina, conceituando os exploradores do território americano como agentes do progresso e civilização frente aos indígenas, considerados bárbaros e selvagens. O autor ignora e atribui silêncios e vazios acerca da violência das relações de dominação estabelecidas no território americano a partir do projeto colonizador.

À luz dos discursos e práticas civilizatórias, naturalizamos a história da expansão ao oeste paulista como empreitada representante do progresso, presente no pós-abolição e pós-proclamação da República.

Freire nos lembra como trazemos a permanência destas violências, que são discursos e práticas:

Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua “generosidade”, são sempre os oprimidos, que eles jamais obviamente chamam de oprimidos, mas, conforme se situem, interna ou externamente, de “essa gente” ou de “essa massa cega e invejosa”, ou de “selvagens”, ou de “nativos”, ou de “subversivos”, são sempre os oprimidos os que desamam. São sempre eles os “violentos”, os “bárbaros”, os “malvados”, os “ferozes”, quando reagem à violência dos opressores. (FREIRE, 2019: 59)

Para as universidades brasileiras, no nosso imaginário, o que é o chamado “oeste paulista”? Após a visita ao Museu Worig, falar do oeste paulista é dizer sobre a resistência indígena frente à barbárie civilizatória. É se encontrar com a parte que a sociedade paulista quer esquecer.

A preparação para minha visita ao Museu Worig começou muito antes de chegar, antes de me encontrar com as parceiras e parceiros de trajetória e de Rede. Começou nas histórias mal contadas nos almoços de família, quando a presença indígena paulista no nosso sangue era negada e falava-se baixinho que minha tataravó era indígena.

Estas histórias nunca vieram a lume, pois o nosso passado europeu e o processo de branqueamento produziu e reafirmou o esquecimento para que os encontros interculturais e seus conflitos fossem negados nas narrativas familiares.

Considerados não honrados, na minha família, assim como na de tantos paulistas, o silêncio sobre os antepassados era quebrado de vez em outra, com uma história que não se contava até o fim, mas logo alguém mudava de assunto para, quiçá em outro momento, os detalhes de um livro de receitas de ervas perdido em algum lugar, xaropes e cozidos pudessem ser lembrados. Quem eram as detentoras destes saberes das cozinhas de nossas avós?

O fogo esteve presente na história da minha família, na casa dos pais da minha bisavó, levando-os junto aos seres encantados. Ela foi criada no casarão da fazenda de sua tia em Botucatu, sendo esse o ponto de partida das histórias familiares não reveladas.

Para muitos paulistas, essas histórias são rastros de memórias, sem localização de tempo e espaço, sem sujeitos, seus rostos e a força de suas presenças e resistências.

Se nos museus os artefatos foram guardados e preservados, inicialmente, desarticulados destes sujeitos, por outro lado, temos a oportunidade, se quisermos escutar, de esvaziar nossas xícaras e construirmos outras relações, mais dignas, mais respeitadas e justas com a nossa ancestralidade e com a presença indígena na América.

Ser um visitante da terra sagrada. Pensar a América, as américas. Sentir as luzes do céu estrelado dos Kaingangs, os caminhos úmidos da vida, o calor.

As copas largas das árvores que se expandem no quintal dos encantados. Entrar nesse quintal descalço. Sentir o museu corporalmente, assumindo a educação corporal que trago, não a estética, mas a que comunica e expressa. Reconhecer que o corpo é um artefato cheio de significados e construções coletivas é premissa para o esvaziamento de nossas xícaras e de nossa preparação ao movimento intercultural.

Essa é a experiência de curadoria que o Museu Worikg, coração da cultura Kaingang no oeste paulista, permite aos visitantes. Ou seja, a experiência corporal. O corpo que visita, sente o gosto dos alimentos feitos pelas mãos da Kujã, o calor do fogo, a água do pote de ervas estimulando todos os sentidos e nos conduzindo para nossas casas internas. Enquanto os museus com repertórios coloniais necessitam transformar-se para serem acessíveis e democráticos, no âmbito da Museologia, Worikg é a experiência transformadora, não sugere, mas pratica outras possibilidades de relações humanas.

Desprendido de toda a colonialidade que insiste em viver nas nossas escolhas, nas nossas buscas, nas nossas certezas, perguntas e respostas. Abre a possibilidade do saber e do conhecimento dialogarem sem hierarquias e com espiritualidade, pois é essa última que dá sentido às relações e sobretudo o que compõe esse museu indígena. Costura feita pela antiga máquina de costuras da Kujã encantada, mãe de Dirce Jorge, que abre esse diálogo amplo, sempre possível de ser novamente alinhavado pelas novas histórias.

A visita ao Museu Worikg inicia-se no momento em que decidimos fazer a trajetória em nós mesmos e em nossas linhas identitárias.

Esse aprendizado possível vai se aprimorando, na medida em que realizamos novas visitas e estreitamos os laços de confiança. Em junho de 2019, Susilene e Dirce estiveram no Museu Republicano da Universidade de São Paulo, participando como palestrantes no curso para educadores chamado “As narrativas e os sujeitos nos museus de história: mulheres, cultura afro-brasileira e indígena”, com intuito de refletir sobre as narrativas construídas nos museus e lugares de memória e os sujeitos históricos.

Na manhã do dia 29 de junho, em Itu, no antigo caminho Peabiru, ramo de procedência indígena, aconteceu a mesa-redonda “Memória viva indígena paulista”, com Dirce Jorge Lipu Pereira, Susilene Elias de Melo e Marília Xavier Cury. Além dos professores da Diretoria de Ensino da região, estavam presentes educadores e estudantes do cursinho popular da cidade, prestigiando e ouvindo a Kujã e sua assistente acerca luta constante da população indígena para garantia de seus direitos. A presença dessas guerreiras nesse encontro de formação endossa a prática e o diálogo dos vários saberes na construção do conhecimento no âmbito da universidade, realizado por várias iniciativas de uma possível ecologia dos saberes.

Após esse encontro, entre 11 e 13 de outubro de 2019, realizou-se no tempo da lua cheia, o encontro da Rede SP de Memória e Museologia Social na Aldeia Vanuíre. Muitos participantes e várias pautas.

Comida típica, ritual, roda de conversa, trilha, banho no lago, festa na barraca com as crianças que, como todas, amam a possibilidade de dormirem fora de suas camas, ao ar livre.

Participamos das apresentações dos netos de Dirce, falando sobre a cultura Kaingang, preparados para expandi-la de forma autônoma, consciente e liberta.

Ao final, lembro-me da despedida com a Kujã e sua assistente ao me darem o copo de água do pote na casa de sapé. Senti a quentura da água fresca mudar a minha respiração e me acompanhar ao longo do caminho curando e

abrindo caminhos das histórias dentro de mim.

A visita ao Museu Worikg pode ser intuitiva, pode ser água, pode ser fogo, pode ser roda, pode ser música, pode ser cheiro, pode ser cura, pode transformar a nossa prática.

Reconhecer esse lugar dentro de nós e dos museus, da espiritualidade, de escuta, da narrativa, da sensibilidade, dos sentidos e de nossas identidades fluidas e em construção é a cura propiciada pelo Museu Worikg, celebrada ao redor do fogo sagrado.

3. Caminhantes com voz própria

“Tudo que nós temos, nossa língua mãe (...) nós ensinamos para nossas crianças.”
Kujã Dirce Jorge

Meu primeiro encontro com as gestoras do Museu Worikg, a Kujã Dirce Jorge e sua assistente Susilene Kaingang, foi na Casa de Cultura Tainã⁴, em Campinas. Por essa razão localizo meu depoimento sobre a relação com o Museu enquanto militante desta Casa. Worikg significa sol nascente, é o nome da bisavó da Kujã Dirce.

A Casa de Cultura Tainã é um território coletivo de (re)existência que há muitos anos é minha principal referência como militante nas lutas nos campos da memória, da comunicação livre e da diversidade cultural, mas, principalmente, um território de conexões entre as muitas lutas anticapitalistas em toda América Latina. Tainã é palavra indígena, significa estrela que ilumina caminhos. A Casa é para nós o caminho das estrelas. Nesse caminho, como trabalhadora da cultura, foi atuando em movimentos sociais que me aproximei de forma mais constante de militantes indígenas e suas ações de afirmação e visibilização de sua história e presença na vida contemporânea brasileira, em especial nos debates de políticas públicas de cultura, entre 2002 e 2016.

Em outubro de 2018, recebemos as gestoras do Museu Worikg, quando hospedaram-se na Casa Tainã por vários dias para um encontro da Rede SP de Memória de Museologia Social, da qual também faço parte.

Nessa ocasião pudemos contar com a generosa exposição dos sentimentos dessas duas guerreiras do povo Kaingang. Em muitos momentos presenciamos a força com que – em seu gestual Kaingang – elas exercitam tanto a postura da luta quanto a do afeto; assim, com a mesma energia e altivez, expressam sua fortaleza pessoal e coletiva ao mesmo tempo que se abrem ao acolhimento e à escuta de todos.

Entre as rodas de conversas no salão e a preparação dos alimentos na cozinha, a Kujã Dirce também nos ensinou a desenhar com nossos corpos o abraço Kaingang: um ato partilhado entre sujeitos que, cruzando mutuamente os braços nas costas por duas vezes, se unem e se co-fortalecem. Assim, neste gestual, aproximam-se duas vezes os corações dos que se (re)conhecem num mesmo corpo social. Esse (re)conhecimento foi para mim uma emoção nova,

4 Com o lema “vamos fazer um mundo mais do nosso jeito”, a Casa de Cultura Tainã tem por objetivos: possibilitar o acesso à informação, fortalecendo a prática da cidadania e a formação da identidade cultural, visando contribuir para a formação de indivíduos conscientes e atuantes na comunidade. <https://taina.net.br/>

mas amplificada por uma recordação. Recordar no sentido de fazer acordar o que já se tem guardado no coração.

Nasci em Bauru, no interior de São Paulo, em 1963, poucos meses antes do golpe civil militar de 1964. Em Bauru estudei do curso primário à universidade. Nesse período, poucas vezes ouvi a palavra Kaingang. Mesmo quando era pronunciada não fazia menção à existência de sujeitos reais, mas sim para indicar indivíduos sem vínculos com vida real da cidade.

Nos anos de escola, do ginásio à universidade, concluída em 1986, ainda sob a sombra da ditadura, os Kaingangs eram apresentados não como um povo, mas como indivíduos que viveram na região em tempo incerto e que não deixaram registros concretos na cultura local; quando muito, eram figuras de livros de um passado distante até para os meus avós. Ou seja, Kaingang, nas décadas de 1970 a 1980, era palavra que morava entre o silenciamento e a caricatura, nunca em seu território legítimo e em seu corpo coletivo como povo.

Mas, cotidianamente, desde a pré-escola, ao escrever todos os dias, no cabeçalho do caderno escolar, o nome da cidade em que nasci e cresci, uma contradição se instalava. Aprendi que Bauru é palavra que vem do Tupi, que pode ser derivada de *mabai-yuru*, que quer dizer forte declive, referência aos vales que cortam a região central da cidade, ou de *upaú-ru*, que significa rio das lagoas, ou de *ybá-urú*, cesto de frutas. Essa origem indígena do nome da cidade era mencionada na escola quase como uma mutilação, pois seus autores não tinham voz própria, nem no presente, nem no passado e muito menos tinham futuro.

Contudo, a menina que fui gostava da sonoridade desses nomes e de suas evocações à terra, à água, ao alimento: à vida. Mas, também, se inquietava ao imaginar as pessoas que as formularam. Onde estariam? Porque saíram de um lugar tão cheio de prazeres que fora por eles mesmos tão amorosamente nominado?

A invisibilização e o apagamento dos povos indígenas e suas palavras ganhou mais força quando, no processo de aburguesamento das cidades paulistas, aos poucos, Bauru foi virando referência a sanduíche de estudante de classe média alta.

Assim, mais uma vez a relação com o território natural e a poesia ancestral da cultura material indígena foram sendo subsumidas pela colonialidade das relações capitalistas de dominação das terras. Desterritorializar palavras e descarná-las de seus sujeitos criadores vem sendo uma das maiores violências culturais contra os povos indígenas, realizadas pela lógica monetarista da dominação territorial e cultural.

Mas, o que tem raiz não se apaga. Na adolescência e juventude me tornei uma caminhante, fiz muitas viagens de trem de Bauru a Marília e Tupã, algumas vezes até Panorama e Mato Grosso. Nesses momentos, quando todos os pobres eram levados a ficar horas no mesmo reduzido espaço dos vagões de segunda classe, podia ver e interagir com rostos, sorrisos e olhares dos que eram chamados e tratados como “o que sobrou dos índios”.

Porém, em meus sentipensamentos, o que reconhecia eram rostos cheios de dignidade e olhares inquietos que, mesmo sem fazer uso das suas palavras, me contavam que eles não eram imagens difusas, nem personagens sem rostos, sem sonoridade e sem referências ancestrais concretas.

Caminhando e sentipensando fui percebendo que eles também viviam nas periferias das cidades do interior de São Paulo, eram vistos nas filas dos postos de saúde ou nas ruas vendendo frutas e hortaliças. Aos poucos fui me dando conta de que o silêncio e a invisibilidade que existiam sobre eles não se

sustentavam até a estação de trem mais próxima, onde seus gestos e olhares diziam: existimos.

Saí de Bauru e finquei pé em Campinas, onde, como disse, recentemente encontrei as guerreiras caminhantes e falantes do Museu Worig. Nesse encontro, ouvi pela primeira vez a verdadeira história do Museu Worig, pois até então pensava que sabia o que era esse museu; entendia que para os Kaingangs o museu era um território vinculado ao sagrado, o que de fato também é. Conviver com Dirce e Susilene ampliou a compreensão sobre o que de fato é o Museu Worig e, por extensão, museus indígenas verdadeiros. Durante os debates do encontro, assim como no convívio solidário na Casa Tainã, pudemos vivenciar o que elas nos mostravam: a voz própria do Museu Worig! Aprendemos que o espaço sagrado Kaingang coletivo, como afirma Dirce, é “onde os encantados estão”, o Museu Worig é esse espaço e tudo o que dele seus caminhantes com voz própria fazem chegar a muitos outros sujeitos coletivos.

Os dias em que partilhamos o convívio na Casa Tainã também foram marcados pelo fato de que estávamos nas horas que antecederam as eleições de 2018. Nesse contexto tenso, diante do avanço de forças nocivas, foram as palavras de determinação e esperança de Dirce o que jogou uma luz sobre as urgências do que se apresentava para os movimentos sociais de cultura contra-hegemônica.

Nas rodas de conversa ela nos motivou a agir de forma organizada e perseverante, sem desânimo e desesperanças. Assim, todo o nosso grupo pactuou a construção do próximo encontro no Museu Worig, na Terra Indígena Vanuíre, em Arco-íris. Como representante da Casa Tainã fiquei encarregada de acompanhar e apoiar a construção desse encontro marcado para outubro 2019, entre os dias 11 e 13, datas escolhidas pela Kujã por ser lua cheia.

Na realidade, o encontro começou a ser vivificado por elas no dia seguinte ao que chegaram a suas terras. Tão logo chegaram a casa, passaram diariamente a nos enviar fotos dos trabalhos realizados nas plantações, na manutenção das casas e na preparação do espaço sagrado Kaingang. As imagens enviadas pelo celular eram crônicas visuais que narravam as alegrias de nos esperar, as esperanças por celebrar a atuação em rede e o muito empenho e determinação para vencer os desafios materiais. Enfim, sabiamente elas foram inserindo nossos olhos dentro do território Kaingang, em seu espaço mais amado, o Museu.

Enviar essas crônicas fotográficas era uma forma de nos contar detalhes de cada ação realizada, não apenas para nos manter conectadas, mas para nos abraçar e nos fazer sentir sujeitos co-realizadores de todas as etapas do processo de preparação do encontro.

Foi assim que, como parte da preparação, estivemos juntas em vários momentos durante o ano de 2019. Em fevereiro de 2019 uma parte do grupo viajou pela primeira vez até o Museu Worig para ajudar no planejamento do encontro de outubro. Também nos encontramos em março na abertura da exposição do MAE, em São Paulo, e em junho estivemos juntas na atividade de formação de jovens e educadores organizada no Museu Republicano de Itu. Cada um desses momentos fez parte de uma trajetória partilhada de aprofundamento das relações de colaboração e trocas afetivas.

No encontro em Itu documentei em vídeo a aula da Kujã Dirce Jorge. Sobre esse vídeo falarei mais adiante. O que quero destacar sobre essa ocasião é a oportunidade que tive de testemunhar a grande dedicação da Kujã Dirce e sua assistente em seu trabalho militante de divulgar e proteger a cultura de seu povo.

Para essa atividade em Itu fui encarregada de encontrar com Dirce e Susilene na rodoviária em Campinas e levá-las de carro até o Museu Republicano, onde eram esperadas por um grupo cuja maioria era de mulheres de movimentos sociais. Mesmo após mais de 12 horas de viagem elas estavam prontas e ansiosas para conversar e partilhar seus conhecimentos. Pude, então, testemunhar a dedicação dessas guerreiras que se disponibilizam para longas e desconfortáveis jornadas, sair de suas casas e fazer vários trajetos até chegar ao local onde muitas pessoas as aguardavam para ouvir suas experiências. Lembro de seus rostos cansados pela viagem, mas, ao adentrarem a sala cheia de mulheres lutadoras como elas, suas faces se revigoraram e iniciaram uma conversa profunda e afetuosa.

Outra vivência intensa foi sem dúvida durante o encontro da Rede no Museu Worikg, em outubro de 2019. Muito aprendi em todos esses momentos, mas para mim foi muito especial quando Lucilene, filha de Dirce, e as crianças nos guiaram pela trilha e nos apresentaram a lagoa. Saí daquela trilha muito diferente de quando a iniciei, pois, no trajeto que fizemos caminhando, da casa até a lagoa, fomos ensinados pelas crianças a sentir o Museu Worikg, que é feito na relação entre todos os elementos da natureza. Por essa razão o museu é vivo. Compreendi naquela trilha que em todos os momentos em que estive com as gestoras do Museu Worikg, em todas diferentes situações que partilhamos entre outubro de 2018 e outubro de 2019, estive diante do Museu Worikg e do que é um museu indígena vivo. Worikg vive em todos os lugares e situações em que os Kaingangs realizam gestos conscientes do exercício do direito de viver sua cultura e de lutar por sua memória.

Após esse aprendizado, no início de 2020, trabalhei algumas semanas na edição de dois vídeos que sintetizam os momentos do enorme conhecimento recebido desse museu vivo durante o ano de 2019: o primeiro momento foi em 29 de junho com a aula da Kujã Dirce Jorge no Museu Republicano em Itu; o segundo em 12 de outubro com o ritual de encerramento na roda da fogueira no Museu Worikg.

Apresento breves comentários sobre esses registros: em *Museu Worikg. Encontro da Rede SP de Memória e Museologia Social*⁵ está registrado o ritual da Roda da Fogueira na Lua Cheia, no encerramento do encontro. Trata-se de um registro visual quase em tomada única, no qual o canto Kaingang e a fala firme e acolhedora da Kujã dão sustentação à roda; é a imagem do Museu Worikg (re) existindo como sujeito coletivo de raiz ancestral que caminha e canta sua história, no momento em que está recebendo e abraçando todos os parceiros que são acolhidos em seu território. Ou seja, a imagem de uma rede de memória viva, feita de perguntas, afetos e resistências, portanto que não está pronta, mas que é tecida ao caminhar. Por sua vez, *Memória viva Kaingang – Kujã Dirce Jorge – Museu Worikg da Terra Indígena Vanuíre*⁶ apresenta a fala da Kujã no Museu Republicano, em Itu. A intenção da edição é exaltar a força da Kujã Dirce como voz caminhan-te do Museu Worikg, dando aula em outros territórios. Inseri também imagens do Ritual da Lua Cheia com a intenção de ressaltar as palavras da Kujã: “tudo que nós temos, nossa língua mãe (...) nós ensinamos para nossas crianças (...) tudo que a gente faz nossas crianças estão junto e aprendendo, em tudo que a gente faz elas estão em volta da gente”. Essa frase é uma convocação às crianças

5 Museu Worikg. Encontro da Rede SP de Memória de Memória e Museologia Social. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EwoyVleh0KU>.

6 Memória Viva Kaingang – Kujã Dirce Jorge – Museu Worikg da Terra Indígena Vanuíre. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=xq_DA8aUtDQ.

e a todos nós, para que não nos esqueçamos de que somos uma parte de um caminho já trilhado por muitos e que somente juntos chegaremos mais longe.

Nesse momento, em que territórios e culturas ancestrais estão sob intensos ataques, como militante quero continuar a tecer essa rede de afetos e resistências, seguindo os passos e ouvindo as vozes das crianças do Museu Worig, trilhando os caminhos que ligam suas lutas às lutas das crianças da Casa de Cultura Tainã e de muitas outras, para juntos construirmos o que acreditamos ser “um mundo mais do nosso jeito”.

4. “Estamos entre os nossos”: alteridade, diálogo e curadoria cultural

Tentei por dias, sem sucesso, escrever sobre meus encontros com o grupo Kaingang. Perguntas fervilhavam em minha mente. O que desejo compartilhar? Que palavras escolher? Como fazer jus não só ao aprendizado, mas à relação de amor e encantamento, respeito e admiração que temos construído? O que me é lícito revelar? Com que propósito devo fazê-lo? O que faço com este espaço que pretendo ocupar?

Não é a primeira vez que, num texto, refiro-me às mulheres curadoras da cultura Kaingang e ao que aprendo com elas. Porém, é a primeira vez que dedico uma escrita às nossas relações. Ademais, faço isso ao lado de duas companheiras que trago em alta conta, cada uma com suas perspectivas sobre essas jornadas. Tenho viva na memória a nossa resposta à pergunta feita durante a primeira visita à Aldeia Vanuíre, em abril de 2019 – “afinal, o que vocês querem de nós?” Dissemos, então, que não queríamos estudá-las, não queríamos escrever sobre elas, nem em nome delas. Queríamos conhecê-las, queríamos que elas nos conhecessem, e queríamos que, se fosse a sua vontade, caminhassem conosco, como integrantes de uma rede.

Assim pretendo seguir este texto: atenta à linha tênue do meu limite. Não venho falar “sobre” elas, que já têm forte e ativa voz própria. Quero dizer do que nossos encontros deflagram em mim, trabalhadora de museus-processos, naquilo que, para outros trabalhadores e pesquisadores de museu, possa ser pertinente considerar. Ainda assim me inquieto.

Aprendi com a Kujã Dirce Jorge e sua filha e assistente, Susilene Melo, que as palavras inspiradas pelos encantados brotam livres do coração. Portanto, espero, em silêncio, que a mente se acalme e as ideias decantem. Pouso os pés sobre o chão e caminho. “A cabeça pensa desde onde os pés pisam”, é verdade. Sobretudo, agora, sinto meu compromisso com as Kaingang, compromisso com o mundo que desejo construir e com quem irá ler estas palavras. Quiçá elas possam ser uma ponte para um lugar comum de “nos-outros”. É por esta entrada que devo avançar.

Desejo que esta partilha seja um contributo à transformação da matriz cultural que me formou e do campo de trabalho em que atuo com convicção e esperança. Sou uma mulher, brasileira, descendente em grande parte de portugueses, mas também de negros e indígenas. Nasci numa grande cidade da região Sudeste, sou fruto de uma cultura urbana, periférica, midiática. Produto do embranquecimento e da desmemória. Filha de trabalhadores, acessei a universidade pública, gratuita e de qualidade. Graças a isso pude me constituir uma trabalhadora que lê, que pergunta e produz conhecimento, que transita pela academia, sem ser acadêmica. Estou em movimento. Alimento utopias. Carrego (e me encarrego de) minhas contradições. Acima de tudo, tenho tentado manter-me acordada. “As pessoas parecem zumbis: andam dormindo”, emergem

na memória a imagem e a voz da Kujã. Ela tem toda a razão. É isso que a matriz cultural hegemônica – moderno/colonial, eurocêntrica – tem feito conosco. Ela nos mantém “dormindo”, distantes de nós mesmos e dos outros, alienados, reduzidos, enquanto nos conduz por sendas de morte.

Mantermo-nos acordados implica entrar em contato com a dor. Percebermo-nos desumanizados nas nossas relações: na exclusão e negação da nossa porção inferiorizada; nos privilégios que nos são concedidos diante de Outros; na dependência que nos mantém cúmplices do poder; na cisão que essencialmente nos constitui – esse monte de “espelhos partidos” em que nossas imagens se projetam, incompletas, distorcidas, multiplicadas. Dor maior, porém, reconhecer que nossa cultura tem sido há séculos uma ameaça às demais, avançando, exterminando, colonizando, dominando, englobando e destruindo para explorar o que está além das próprias fronteiras. Sem dar sinais de uma vontade autêntica de abdicar dessa violência, custe o preço que custar.

Nascemos e vivemos no ventre desse monstro, nos alimentamos de suas entranhas e desse lugar desejamos – ao menos alguns de nós – combater sua destrutividade. É, portanto, a disposição de estarmos despertos e atravessar a dor dessa nossa monstruosidade, a condição para assumir a responsabilidade por aquilo que nos cabe exclusivamente, já que em alguma medida participamos da cultura hegemônica, reproduzindo-a: sua curadoria-cura-transformação; nossa humanização.

É nesse ponto que a discussão se torna relevante e pertinente neste espaço reflexivo. Quero debater com as museólogas e os museólogos aquilo que nos compete como trabalhadores da cultura. Penso que nosso papel está além de uma “função social”: trata-se de nossa tarefa humana, como seres cósmicos. Não nos basta prosseguir tratando do “cultural” fechado em nosso próprio universo. É imperioso que consideremos a Museologia como um campo intercultural, para além dos significados que projetamos, dos saberes científicos e do trânsito entre as suas disciplinas. Se a Museologia diz respeito à participação e ao estudo dos processos que resultam na preservação cultural, o que devemos fazer quando a cultura que pretendemos conservar é uma ameaça às demais, ainda mesmo quando almeja integrar a ‘diferença’ sob o manto pacífico da diversidade? Podemos conceber um pluriverso onde caibam todos os mundos possíveis?

Quem dentre nós ainda não reconhece a necessidade de interculturalizar nosso campo não se deslocou o bastante para perceber as amarras em que está envolto. A interculturalização não é relevante apenas nas zonas de fronteira ou nos territórios tradicionais que ainda resistem à sua destruição. Também nas modernas metrópoles e nas periferias das nossas cidades o desafio é necessário. Aqui, nascem os filhos da desmemória, do apagamento involuntário das próprias origens, do embranquecimento que seca as raízes profundas, perdidas em algum ponto do caminho que foi preciso – ou forçoso – percorrer quando os territórios ancestrais foram tomados.

É precisamente aí, para além das linhas abissais de uma grande cidade, que as palavras sábias das curadoras Kaingang me acompanham e iluminam. No meu dia-a-dia como agente cultural, suas lições museológicas me guiam e é impressionante como, em contextos distintos, enfrentamos desafios análogos. Com suas vozes que me embebem e me inspiram, elas me ensinam a ver e a ouvir os sinais das matrizes outras que a modernidade tenta apagar, mas que se insinuam no cotidiano vivido. E, assim, posso reconhecer a riqueza e a potência existente nos caminhos que percorro, para reverberar e colaborar com elas.

4.1. Aproximações

Sem saber, sem esperar, fui sendo preparada para o encontro com as curadoras Kaingang antes mesmo de imaginá-lo. Ou, dito de outra forma: nosso encontro foi possível porque, ao longo de muito tempo, experiências diversas me foram ensinando a apreciar e respeitar universos distintos, sem o imperativo de interpretá-los e traduzi-los, sem a necessidade de compará-los e tomá-los pelo meu. Desde a matriz moderna/ ocidental, esse autêntico encontro intercultural nem sempre acontece, porque requer de nós uma abertura ao risco, à contaminação, à transformação deflagrada pelo outro – o que por vezes não estamos prontos a abraçar. Nossa formação como profissionais da cultura não nos deveria dispor a isso?

Temos sido, por muito tempo, ensinados a ser observadores, intérpretes, coletores, ativistas. Temos também, é claro, sido desde cedo advertidos sobre como nossa cultura e, sobretudo, os estudiosos, por vezes se aproximaram desrespeitosamente de outras culturas, reproduzindo a lógica extrativista dos exploradores coloniais. Sendo assim, muitos de nós têm acreditado, ingenuamente, que nosso papel é tornar a percorrer os mesmos caminhos, dessa vez para dar, ensinar, desenvolver... enfim, qualquer ação que, partindo de nós, inverta o fluxo dos despojos historicamente impingidos. Ignora-se, dessa forma, mais uma vez, a liberdade, o interesse, o conhecimento e o desejo de quem está no outro vértice da relação, bem como a necessidade de nos transformarmos. Continuamos, assim, alimentando uma corrente de força rígida e desigual, dessa vez, empurrando nossos conteúdos sobre os Outros.

Foi na convivência com movimentos sociais de periferia e grupos culturais de matriz africana que fui advertida desse perigo. Do lado de lá da relação, estão sujeitos protagonistas históricos, portadores de saberes, experiências, formações, pesquisas e palavra própria. Na escuta de suas memórias, descobrimos que vêm dali verdadeiras inovações sociais, as tecnologias inclusivas de que necessitamos para transformar nossa cultura destruidora. Culturas alimentadas pelas tradições populares não são culturas paradas no tempo: trazem sua própria aposta na modernidade. Não há que “dar-lhes voz”: precisamos é dar-lhes ouvidos, reconhecer seu lugar de fala, a legitimidade de seu discurso e de seus saberes; necessitamos silenciar por um momento para que possam se fazer ouvir e, assim, inaugurar um diálogo autêntico.

Dessa forma, quando nos encontramos pela primeira vez, Dirce e Susilene talvez tenham estranhado a forma aberta e pouco objetiva com que nos aproximamos. Não tínhamos nenhum plano a cumprir, um projeto a desenvolver, uma pesquisa a realizar. Nada a extrair, nada a “empurrar”. Queríamos conhecê-las e dar-nos a conhecer. Queríamos saber se podíamos caminhar juntas, conviver. Sem expectativas, sentíamos com tranquilidade que as trocas haveriam de ser justas e honestas; que mesmo sem planos de metas e programas definidos haveríamos de aprender umas com as outras e nos fortalecer mutuamente. Aos olhos de muitos de nós essa tratativa pode parecer vazia e sem propósito. Pode parecer que caminhamos muito sem chegar a nenhum lugar. O mestre dos sertões e veredas, Guimarães Rosa (1962), ouvinte e cultivador de encontros, entrega-nos uma pista: “Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo”. Precisamos aprender a ver o invisível.

Antes de entrar no universo das curadoras Kaingang, quisemos que soubessem quem éramos nós. Convidamos a participar de um encontro da rede de museologia social da qual somos integrantes. Com todas as incertezas e dificul-

dades da viagem, aceitaram nosso chamado. Ao chegarem à Casa Tainã, onde se hospedaram por cerca de quatro dias, tranquilizaram-se: reconheceram o lugar que lhes havia sido mostrado em sonho, previamente, pelos encantados.

Foram dias de intenso e alegre convívio, com muitas risadas em torno da mesa da cozinha e rituais junto aos baobás no quintal. Percorremos alguns espaços culturais relevantes na cidade – territórios de resistência do povo negro – e realizamos dois encontros interculturais com educadores da rede municipal, abertos ao público. Então, elas nos brindaram com uma sabedoria profunda, tecida em fios que entrelaçam o respeito pelo legado dos ancestrais e o compromisso com as gerações futuras: cada passo no presente precisamente equilibrado na justeza de assegurar a continuidade da existência Kaingang, na sua potência e integralidade. E, nesse movimento firme e luminoso, resplandece uma beleza que convoca a nossa humanidade.

Com seu canto e seu chocalho, elas nos preparam o coração. As palavras profundas, sentipensadas da Kujã (correspondente feminino do pajé) entram em nós com a força indiscutível da verdade – calcada no conhecimento da história, na memória precisa do que viveu e vive o seu povo – e amorosamente nos curam. E, assim, ela nos entrega a mais preciosa lição de Museologia: preservar uma cultura é trazer vivos, em todas as dimensões, os seus integrantes – incluindo aqueles que já se foram e os que ainda estão por vir. Por isso, a espiritualidade é um componente intrínseco ao processo museológico: a história de um povo não se negocia; não se põe a serviço de interesses imediatos; não se vende nem se rende. Quantos museus conhecemos que aplicam essa diretriz?

4.2. Trocas justas

A luta incessante da Kujã e sua família, na recusa de renunciar aos sentidos mais caros de sua cultura – a comunhão com os ancestrais, o cuidado com os mais jovens – tornou-se um farol potente a nos guiar em nossas próprias lutas – como ela mesma diz, na nossa “selva de pedra”. Inspira-nos cotidianamente a não desistir nem nos abater diante das derrotas, do desprestígio, da precariedade da nossa condição. Mostra-nos, pelo exemplo, que sem a integridade da nossa existência nenhum privilégio nos terá serventia. Ensina-nos a ser livres.

Contudo, foi somente quando estivemos na Aldeia Vanuíre, conhecendo as novas gerações, que nos demos conta do que lhes podíamos oferecer. Análogas às nossas, as lutas das Kaingang são muitas vezes mais duras e requerem aliados. Resistir ao preconceito, aos ataques, à intolerância, ao esquecimento, ao uso indevido de seu nome, seu território e sua cultura... e continuar mantendo seus filhos e netos como guerreiros dispostos a encarná-la: eis sua tarefa diária de corpos-museus. Fazerem-se guerreiros foi o que lhes coube quando a colonialidade da nossa cultura transformou sua existência em uma luta constante pela vida. Num mundo perturbado pela violência colonial, que invadiu e desorganizou os territórios ancestrais, a cultura Kaingang resiste em territórios de afetos, tecidos pelas palavras caminhantes de seus encantados, de Worikg, de Dona Jandira. É para preservar sua riqueza que elas precisam de nós: apenas no diálogo ela pode voltar a revelar-se como beleza. Como nos ensina Valter Hugo Mãe:

Só existe a beleza que se diz. Só existe a beleza se existir interlocutor. [...] Porque a beleza da lagoa só acontece porque a posso partilhar. Se não houver ninguém, nem a necessidade de encontrar a beleza existe nem a lagoa será bela. A beleza é sempre alguém, no

sentido em que ela se concretiza apenas na expectativa da reunião com o outro. [...] Todas as lagoas do mundo dependem de sermos ao menos dois. Para que um veja e outro ouça. Sem um diálogo não há beleza e não há lagoa. A esperança da humanidade, talvez por ingênua convicção, está na crença de que o indivíduo a quem se pede que ouça o faça por confiança. É o que todos almejamos. Que acreditem em nós. Dizemos algo que se toma como verdadeiro porque o dizemos simplesmente. (MÆ, 2014: 27)

A relação de confiança, na qual existe mútua apreciação da beleza, na qual a palavra do Outro pode ser tomada como verdadeira – nessa relação um guerreiro pode, enfim, descansar de suas lutas. É uma relação rara, pois só pode ser construída onde não há abuso, onde há um respeito pela sacralidade da própria palavra, vinculada a quem a pronuncia, à sua vida, aos ancestrais que lhe acompanham, às gerações mais novas que dela dependem. Nesta relação, os abraços cruzados Kaingang são como uma morada: onde quer que estejamos, “estamos entre os nossos”.

Com essas palavras e abraços fomos recebidas em nosso último encontro, nas dependências do MAE-USP, pouco antes de ser decretada a quarentena que nos tem mantido fisicamente distantes. Pudemos, então, sentir seu descanso e ver-lhes recobradas as forças, após uma semana intensa de trabalho e embates. Nossas reuniões, assim como os alimentos que gostamos de partilhar, nos “re-fortalecem” mutuamente. Restituem nossas forças, recarregam nossas energias. Então, pudemos sentir a potência da voz da Kujã, amplificada pela sua espiritualidade, a entoar o canto com que manifesta a resistência da mulher indígena. Esse é o nosso papel: sermos testemunhas confiantes de sua beleza; e cuidarmos para que haja sempre, entre nós, sujeitos capazes de fazerem-se outros, dispostos a escutá-las. Formar, em nossa cultura, sujeitos capazes de apreciar a alteridade e relacionar-se em liberdade com o Outro, que não mais se aceitem cúmplices da violência colonial. Para isso me torno uma educadora museal.

Eis, então, o que essas trocas interculturais me têm demonstrado: o fluxo autêntico da vida, o dar e receber, com justiça e sem invasão. Deslocar-me dos lugares habituais em que fui colocada, pela formação e pelo trabalho, permite-me ampliar meu horizonte ético. Isso me desperta e transforma inevitavelmente. Depois de encarar a beleza no rosto do Outro e sentir a dor que nossa cultura lhe impinge, a volta para casa me impele a assumir um compromisso com sua existência – e aceitar de bom grado pagar o preço que o enfrentamento à colonialidade nos cobra. A cada fio de cumplicidade rompido com a violência de nossa matriz cultural uma semente de esperança é lançada sobre a terra. Assim, caminhamos semeando.

As curadoras Kaingang ensinam-me, frequentemente, preciosas lições de Museologia, que expandem o sentido do meu fazer e me colocam diante da essência do compromisso museológico. Embora se valha de objetos e testemunhos materiais, a curadoria cultural que promovem diz respeito aos valores que nos formam e nos tornam humanos. Tem a ver com a responsabilidade de fiar a justeza das palavras-testemunho com que tecemos a história – cuja continuidade vital com a experiência dos povos a converte em potente instrumento de libertação. Despertando-nos para apreciar nossa matriz nas trocas interculturais, ela nos constitui, em continuidade, ‘curadores’ de suas relações, para que floresçam cada vez mais em congruência com a vida.

5. Para seguir aprendendo

O exercício da escrita e comunicação do incorporado nas experiências decoloniais é difícil, mas necessário. Ao contrário da produção de textos em que a lógica da racionalidade se impõe, nos separando e mesmo nos ocultando dos processos pelos quais o conhecimento é produzido, de maneira quase automática, o compartilhamento de experiências integrais, que acionam as nossas múltiplas dimensões existenciais – nossos corpos físicos, emocionais, mentais, energéticos, espirituais – implicam um descondicionalamento das amarras dos textos acadêmicos, e uma disposição permanente de atenção plena, auto-observação, auto-reconstrução. Tal exercício, porém, não deve se restringir à produção eventual de um texto, mas é um compromisso diário.

As narrativas apresentadas neste artigo na condição de experiências sociais, envolveram práticas e atores diversos que, conduzidos através da senda decolonial por seus protagonistas indígenas, restabelecem o diálogo horizontal entre pesquisadores, visitantes, narradores e curadores de museus na produção de conhecimento e reconhecimento de várias epistemologias possíveis. Evidenciam, assim, a possibilidade de relações interculturais fundadas num compromisso com o restabelecimento de um equilíbrio político, de uma justiça cognitiva e de uma igualdade ontológica entre os seres. Como ressaltou Boaventura de Sousa Santos: “(...) a experiência social em todo mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. (SANTOS: 2002, p. 238).

Emergem, para nós, como importantes aprendizados decoloniais: a importância do deslocamento e esvaziamento constantes do trabalhador de museu interessado no estabelecimento da relação intercultural dialógica com os protagonistas de matrizes Outras; o caráter educativo – simultaneamente transformador e humanizador – do convívio na práxis de uma ação coletiva; a integralidade da experiência decolonial, com sua pedagogia incorporada que aciona todas as nossas dimensões de existência na construção do conhecimento; a potência do afeto para ‘re-me-morar’ ou ‘re-a-cordar’ em nós as heranças silenciadas, desentranhando-nos das sendas da desmemória e permitindo-nos recuperar dimensões ancestrais e identidades alienadas em nossa história, para colaborarmos, desde um lugar autêntico, com a reconstrução das relações interculturais.

Na condição de trabalhadoras da Museologia, na universidade, no movimento social ou no serviço público, vivemos cotidianamente os desafios de nos mantermos despertas, nos desalienarmos e nos colocarmos como sujeitos de nossos fazeres, e também como pessoas em constante processo de aprendizagem e descolonização. Cada uma de nós traz vivências e perspectivas teóricas diversas, mas temos em comum o respeito incondicional às formas de existência, produção de conhecimento e práticas culturais dos povos indígenas. O desafio das aprendizagens decoloniais é constante e, para alcançá-lo, precisamos umas das outras, nos apoiando mutuamente, com a mesma potência de voz e de trocas afetivas, reconhecendo que o protagonismo dos ensinamentos é e sempre será indígena.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MÃE, Valter Hugo. *A desumanização*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

ROSA, Guimarães. O espelho. In: *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.

SANTOS, B.S; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra/Portugal: Edições Almedina AS/CES, 2ª. Edição, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63, Outubro. 2002: 237-280.

SARMIENTO, Domingo F. *Facundo: civilização e barbárie*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

VIANNA, Klauss. *A Dança*. São Paulo: Summus, 2005.

Recebido em 04 de outubro de 2020

Aprovado em 06 de janeiro de 2021